

A Primeira Década do Século 21: um retrospecto e algumas previsões imprevisíveis

Paulo Roberto de Almeida*

1. Introdução (que deveria ser breve) sobre métodos e intenções

Desde algum tempo, tenho aproveitado cada passagem de ano para, de um lado, fazer um balanço dos doze meses transcorridos e, de outro, para formular, em tom especialmente jocoso, algumas previsões sobre o que poderia **não** vir a acontecer, numa inversão irônica desses ‘chutes’ que astrólogos e outros videntes de araque costumam fazer, a pedido de tablóides de sucesso, a respeito dos doze meses que se seguirão. Com esses ilusionistas é sempre a mesma história: um furacão aqui, uma crise política acolá, a morte de personalidades famosas nesta terra da Vera Cruz e uma grande mudança política em algum continente longínquo. Em contrapartida, “minhas” previsões – que tenho acertado vez sim, outra também – incidem sobre o que **não** corre nenhum risco de acontecer: moralização da vida política no Brasil, reformas estruturais finalmente levadas a cabo, produtividade nas universidades públicas, políticas econômicas racionais, enfim, nada que não seja possível de obter num país normal e que, no entanto, jamais acontece e é impossível de acontecer no Brasil.

Alguns desses ‘chutes’ ao contrário estão aqui: “Previsões imprevisíveis em tempos de crise global: minha astrologia econômica para 2009 (e mais além)”, *Espaço Acadêmico* (janeiro 2009; link: <http://www.espacoacademico.com.br/09/2/92pra.htm>). Pois bem, está na hora de

aproveitar esta oportunidade da passagem de uma década completa para elaborar de maneira mais ampla – e aparentemente de modo sério – uma avaliação em torno do que de mais importante se passou nos primeiros dez anos do século 21, que também são os primeiros do novo milênio, e daí discorrer um pouco sobre os desafios que se abrem nesta próxima década, isto é, os anos de 2010 a 2019.

Com efeito, períodos ‘redondos’ – e uma década tem essa característica – se prestam bastante bem a esse tipo de balanço retro-prospectivo, ou seja, uma avaliação do que ocorreu – ou do que fizemos no período transcorrido – e do que pode vir a acontecer nos anos à frente, isto é, o que pretenderíamos ou gostaríamos de fazer na década que se abre. Dez anos permitem ultrapassar a brevidade relativa do calendário anual e são mais ‘administráveis’, na nossa perspectiva de vida, do que uma geração ou duas (25 ou 50 anos). Estes últimos dez anos oferecem inclusive a vantagem de serem os primeiros de um novo século, e este foi, justamente, o título de um dos meus livros: *Os Primeiros Anos do Século XXI: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas* (São Paulo Paz e Terra, 2002), uma releitura aroniana do cenário mundial no contexto da globalização. Eles constituem, assim, uma referência cronológica simbólica para avaliar (e especular sobre) a próxima centúria, com essa vantagem

adicional, justamente, de terem iniciado um novo milênio.

Voilà, sem pretender delongar excessivamente esta Introdução, eis o que me proponho oferecer neste pequeno texto recapitulativo e especulativo: um breve retrospecto do quê representaram os últimos dez anos para o Brasil e para o mundo e de como poderia se apresentar uma agenda (eminentemente pessoal) das ‘tarefas inconclusas’ e dos desafios que se colocam ao Brasil – como Estado e como sociedade – nos próximos dez anos. Esse lado exploratório é importante, posto que a década à frente deve nos conduzir ao limiar das ‘comemorações’ – se o termo se aplica – em torno dos primeiros 200 anos de vida independente da nação em 2022, ou seja, de nossa existência enquanto entidade soberana de direito internacional.

A seleção de fatos políticos, de eventos econômicos e de processos sociais aqui efetuada é puramente subjetiva, refletindo minhas escolhas pessoais quanto às situações de fato e aos cenários estratégicos já ocorridos e mais prováveis de acontecer nos próximos anos. No plano ‘confessional’ faço questão de registrar minha posição de cidadão livre de toda e qualquer afiliação política ou partidária (a distinção pode ser importante), de qualquer vinculação religiosa (aliás, sou completamente ‘irreligioso’) e, sobretudo, minha total independência em relação ao Estado, a despeito mesmo de minha condição de servidor federal de uma das carreiras supostamente mais reputadas por sua ‘servidão’ aos interesses do Estado: a diplomacia; na verdade, considero-me livre de qualquer tipo de obrigação adesista a qualquer governo que seja, sendo perfeitamente ‘anarquista’ no plano político-

profissional e um promotor consciente dos direitos dos cidadãos contra os interesses do Estado, tanto no plano nacional (não sou, como se pode deduzir, um exemplo de ‘patriota’) como no internacional (gostaria de ser um cidadão do mundo, o que, *helàs*, ainda não é possível).

2. A volta ao mundo em dez intensos anos: 2000-2009

Começamos a década por um blefe, ou talvez uma paranóia, tão irracional quanto ridícula: a ameaça de colapso informático – e, por extensão, de diversos serviços públicos – por causa de um suposto “bug do milênio”, que teria a propriedade (segundo os catastrofistas de ocasião) de paralisar todos os sistemas eletrônicos a partir da incapacidade dos antigos programas operacionais de acomodar a passagem do calendário. Eu estava nos EUA quando o velho milênio chegava ao seu final e posso testemunhar como nunca antes naquele país – talvez desde as centúrias de Nostradamus – se assistiu a tamanha paranóia coletiva com relação ao colapso de *about almost everything*: colocados em dúvida pelos próprios meios de comunicação, os americanos começaram a estocar montanhas de alimentos, garrações de água, lanternas e baterias, num ritmo jamais igualado desde a passagem do ano 1000 (quando provavelmente a maioria da população sequer tinha consciência de que o fim do mundo se aproximava).

Claro, os americanos foram poupados da catástrofe anunciada do bug do milênio – por lá chamado de Y2K – mas eles não conseguiram escapar da primeira crise econômica do século, a das empresas ‘ponto.com’, por incidir sobre as ações das novas companhias da sociedade da informação. Com efeito, os índices Dow (a 11.723 pontos) e Nasdaq (a 5.049, este medindo o

desempenho de empresas de comunicação) tinham chegado a níveis inéditos de valorização: era a ‘exuberância irracional’ do guru do Federal Reserve, o inescrutável Alan Greenspan. Daí eles só poderiam cair, a despeito de que alguns economistas reputados afirmassem que a economia capitalista poderia ter chegado num estágio em que ela, finalmente, teria se tornado imune a ciclos e, portanto, às suas crises regulares.

Bastou a hipótese da estabilidade do capitalismo ser aventada para que a realidade de suas flutuações crônicas caísse na cabeça de seus promotores, com toda a sua carga de irracionalidade periódica: no espaço de uma semana, no final do ano, as ações das “com” despencaram de alturas olímpicas para patamares mais terrestres (algumas foram direto para o primeiro círculo do inferno). Bilionários como Warren Buffet e Bill Gates ficaram, repentinamente, alguns bilhões de dólares mais pobres – nada de muito dramático para eles – mas, antes da queda fatal, especuladores sortudos e jovens investidores que tinha sido remunerados com *stock options* na constituição dessas ‘inexpressivas’ companhias (no começo dos anos 1990) já tinham encaixado suas fortunas a partir da venda de ações no auge da bolha acionária. Sempre é assim: os inexperientes e ambiciosos acabam fazendo a felicidade de alguns poucos espertos, em todo caso pessoas dotadas de faro apurado para saber sair da ciranda no *timing* exato da maior valorização, posto que bolhas são tão regulares quanto implacáveis.

No Brasil, nesse mesmo momento, o PSDB começou a perder a possibilidade de um terceiro mandato, a partir de crises especificamente brasileiras. Entre a desvalorização e a flutuação do real,

em 1999, e o apagão elétrico de 2001, com racionamento, o ano 2000 foi relativamente ‘feliz’ do ponto de vista econômico: crescimento do PIB e pagamento antecipado do dinheiro colocado à disposição pelo FMI depois da crise de confiança de 1998. Mas logo em seguida começou a degradingolada argentina: o regime de conversibilidade (de fato rigidez) cambial começou a fazer água no início de 2001, sem que se pudesse antecipar a derrocada espetacular no final desse ano, o que levou o Brasil a fazer o seu segundo pacote preventivo com o FMI, por um valor ‘modesto’ de US\$ 15 bilhões (comparativamente aos US\$ 41,5 bi de 1998 e aos US\$ 30 bi de 2002).

No final de 2000, um ‘perfeito idiota americano’ ganhava na Corte Suprema o direito de não serem recontados os votos das eleições fraudadas da Flórida e, com isso, acedia ao comando da mais poderosa nação do planeta (o que certamente não renunciava nada de bom para a década que começava). Seu desempenho inicialmente medíocre e potencialmente controverso na liderança do Império foi, paradoxalmente, ‘salvo’ de um registro histórico inexpressivo pelos ataques terroristas a New York e a Washington, em setembro de 2001, o que lhe deu um realce nas relações internacionais que ele jamais teria por mérito próprio ou capacidade de liderança. De certa forma, ao atacar o coração do Império, Osama Bin Laden deu algum sentido ao governo de Bush, que de outra forma seria medíocre.

O ataque – devidamente autorizado pelo Conselho de Segurança da ONU – ao quartel general da Al Qaeda, abrigado pelo governo talibã do Afeganistão – recebeu a aprovação quase unânime da comunidade internacional, da mesma ONU que não tinha conseguido impedir a destruição assassina das estátuas

gigantes dos Budas de Bamian, um ano antes. Mas George W. conseguiu converter todo esse apoio em rejeição também quase unânime ao prolongar sua ofensiva contra o terrorismo internacional num ataque desautorizado pelo CSNU contra o regime – certamente celerado e criminoso – de Saddam Hussein, no Iraque, já no início de 2003, numa das iniciativas mais mal calculadas pelos ‘falcões’ do Pentágono.

Nessa altura, o Brasil já tinha passado pela mais importante mudança política desde o início da República, ao eleger um líder supostamente de esquerda e teoricamente representante da classe trabalhadora como seu presidente (na quarta tentativa). Não foi sem custos para o país, pelo menos durante o processo eleitoral: o risco Brasil subiu às alturas, junto com o dólar, ao mesmo tempo em que despencavam nos mercados financeiros globais os valores negociados dos títulos da dívida externa brasileira. Nem tudo foi apenas especulação dos garotos de Wall Street, embora algo possa ser creditado à ‘ação maldosa’ dos mercados financeiros, *et pour cause*: o PT – um típico partido esquerdista latino-americano – prometia em seu programa de ação calote nas dívidas externa e interna, rejeição dos acordos com o FMI e mudança completa nas regras do jogo, segundo uma política econômica claramente esquizofrênica.

Obviamente, as lideranças mais esclarecidas – ou mais oportunistas – do partido já tinham prometido, na ‘Carta ao Povo Brasileiro’ (junho de 2002), respeitar todos os contratos internacionais e as obrigações externas do Brasil, mudança bem recebida pelos banqueiros e burgueses em geral (que apoiaram entusiasticamente o novo aliado do capital). Eu já tinha

incorporado essa vitória em vários capítulos pré-eleitorais de meu livro *A Grande Mudança: conseqüências econômicas da transição política no Brasil* (São Paulo: Codex, 2003), no qual eu anunciava a conversão não reconhecida, de fato clandestina, do *nouveau régime* ao neoliberalismo.

O resto, pode-se dizer que é História: o presidente eleito e empossado teve o bom senso de preservar em sua integridade todos os elementos da política econômica anterior – metas de inflação, flutuação cambial, superávits primários – e de acolher nos gabinetes ministeriais vários quadros técnicos comprometidos com o que os petistas chamavam desdenhosamente de “neoliberalismo”, rejeitando, em conseqüência, a esquizofrenia econômica contida nas recomendações dos seus próprios ‘economistas’. Foi a coisa mais sensata que poderia ter acontecido ao Brasil: mesmo sem acreditar muito na política econômica ‘neoliberal’, o presidente garantiu as bases de seu sucesso político ulterior, junto com a preservação da estabilidade econômica. Bem, isso se chama, simplesmente, instinto de sobrevivência, ou seja, sensibilidade política e bom senso econômico. Ele deve ter desconfiado que a aplicação das receitas econômicas surrealistas dos seus conselheiros petistas ameaçaria diretamente suas chances eleitorais ou simplesmente não seria economicamente sustentável, e agiu em conseqüência.

Claro, houve tropeços políticos e muitos, alguns deles desastrosos, que quase precipitaram um final precoce do *nouveau régime*: alguns deles começaram ainda cedo, com as patifarias e negociatas promovidas por lugares tenentes dos novos chefes do poder, o que foi desastroso para a

imagem pública do partido que estava comemorando 25 aninhos de vida. Um erro de cálculo quanto à extensão da base de apoio do governo no Congresso conduziu ao uso mal administrado do recurso mais habitual dos responsáveis do Executivo que se julgam onipotentes: a compra, no varejo e no atacado, de parlamentares, e até de bancadas inteiras, negociados como se fossem escravos em hasta pública (mas num leilão a portas fechadas). Deu no que deu: o Richelieu todo poderoso que se julgava ao abrigo de retaliações comezinhas, arrogante como um candidato a Stalin tropical (ainda bem que sem Gulag), foi posto a nu por um desses trânsfugas de negociatas mal conduzidas, decerto descontente com o preço pago ou contrariado em seu amor próprio de chefe de bancada). Não só caiu toda a cúpula bichada do partido hegemônico, mas também houve ameaças ao próprio chefe da tribo, que salvou-se por incompetência da oposição ou por ter alegado uma inocência tão canhestra que nem seus mais próximos acreditavam.

Mas, o chamado ‘escândalo do mensalão petista’ foi apenas o primeiro de uma sucessão de episódios lamentáveis envolvendo a reputação de um Congresso cada vez mais emporcalhado pelo desfilar contínuo de comportamentos escabrosos no plano da moralidade pública, e totalmente irresponsável quanto ao bom uso dos recursos públicos, estes, aliás, devidamente saqueados pela sanha arrivista de legiões de militantes do partido no poder. No início ainda existia alguma tentativa de justificar as patifarias cometidas, a pretexto da inacreditável alegação de que “sempre se fez assim” ou, então, na base do “sou, mas quem não é?”. No acumular de episódios cada vez mais constrangedores para a reputação do

partido outrora ‘ético’ – apenas para fins de imagem externa, obviamente – foram se esvaindo as justificativas mais esfarrapadas, ao ponto de sequer haver a tentativa ulterior de aparentar inocência, impondo-se apenas a atitude generalizada de obstruir no plano executivo e bloquear no âmbito congressual qualquer investigação mais séria. Como já se tinha disseminado o habito de comprar a preço de ouro bancadas inteiras, nunca faltou maioria para votar o que fosse conveniente, mesmo com o apoio incômodo de antigos representantes reacionários e corruptos.

A situação do Congresso brasileiro, e das instituições públicas em geral, se deteriorou tanto que não cabe aqui fazer qualquer balanço valorativo, valendo apenas aplicar-se a frase conhecida: “não há qualquer risco de melhorar” (pelo menos nos próximos dez anos, inclusive com base numa justiça leniente ou talvez até corrupta). Em outros países, a representação parlamentar não é certamente isenta de sua cota de medíocres, aventureiros e corruptos, mas é certo que, em países mais sérios, os maiores desviantes acabam sendo levados às barras dos tribunais e às grades das cadeias por um tempo razoável, o que parece jamais ter ocorrido no Brasil.

Qualquer que tenha sido o grau de moralidade dos sistemas políticos *around the world*, o fato é que o mundo embarcou, desde 2002, numa das fases de mais intenso crescimento econômico já registradas na história contemporânea, com valorização inédita de todas as matérias primas, forte expansão do comércio internacional e intensa especulação com todos os tipos de instrumentos financeiros, processo que cobraria o seu preço no final da década. O Brasil surfou alegremente

nessa onda de crescimento econômico global, com expansão das exportações (mais pelo lado dos preços do que dos volumes), estímulo à demanda interna (com crescimento da oferta de crédito) e aumento da massa salarial e das rendas de transferência (pensões e assistência social).

O governo não contrariou em demasia as regras dos mercados – tampouco as do setor financeiro ou o regime cambial – o que deve ter descontentado sobremaneira seus velhos aliados e apoiadores, promotores da antiga política econômica esquizofrênica. Esta, que tinha (ainda tem) muitos defensores no governo pretendia controlar os fluxos de capitais, efetuar manipulações cambiais, reduzir substancialmente o superávit primário e lograr mais flexibilidade creditícia (mesmo sob risco de ativar a inflação). Nem tudo foi perfeito, porém: a irresponsabilidade econômica do governo – alinhando-se com isso aos que propugnavam a expansão supostamente keynesiana dos gastos públicos – consistiu essencialmente em permitir, e promover ativamente, o crescimento desmesurado da carga fiscal, da qual apenas uma pequena parte foi dedicada a gastos sociais, a maior parte indo para banqueiros amigos do poder e para industriais amigos dos subsídios públicos dispensados pelos bancos do poder. Antecipando sobre minhas previsões, pode-se dizer que esta será a herança maldita a ser deixada pelo atual governo a seu sucessor, qualquer que seja ele: uma bomba-relógio fiscal a ser pensosamente desativada, sob risco de explodir.

Os grandes temas dos anos 2000, no plano mundial, foram essencialmente estes: o recrudescimento e ampliação dos ataques terroristas – em países tão diferentes quanto EUA, Inglaterra,

Espanha, Paquistão, Indonésia, Rússia, Jordânia, Filipinas, Turquia, Índia e, obviamente, Israel – fenômeno equiparado por alguns analistas a uma “quarta guerra mundial” (sendo que a terceira teria sido a Guerra Fria, vencida pelo capitalismo de mercado); a ascensão irresistível da China enquanto grande economia manufatureira e, potencialmente, grande potência mundial; a proliferação nuclear, com alguns casos intratáveis como os da Coreia do Norte e do Irã; a disseminação extraordinária da internet e dos meios de comunicação de massa, com fenômenos comerciais de sucesso como o iPod e o iPhone e alguns exemplos de “almoços grátis” no capitalismo, como os blogs e outros canais instantâneos de comunicação; o aquecimento global, que pode ser considerado uma nova modalidade de “malthusianismo” da nossa era, substituindo-se a antiga preocupação com o crescimento geométrico da população – processo ainda em curso em certas regiões e países – pela ameaça da destruição irremediável do nosso estilo de vida em função da alegada ação humana deletéria sobre o meio ambiente.

Para os Estados Unidos, a década foi dominada pela infeliz decisão bushiana de invasão do Iraque, a pretexto de que o afastamento do ditador abriria uma era de democratização regional e de eliminação das fontes de terrorismo mundial (já que a alegação de posse de armas de destruição em massa nunca foi acolhida pelos órgãos da ONU). A ilusão da onipotência militar, e o esquecimento das lições do Vietnã, levaram a situações de nítido constrangimento imperial – como o tratamento duro reservado aos prisioneiros em Abu Ghraib ou Guantánamo – e a impasses persistentes no terreno, o que inclui a missão ainda

não terminada no Afeganistão, um atoleiro literal. A despeito da continuidade dessas aventuras militares, o presidente Obama foi contemplado com o prêmio Nobel da Paz em 2009, provavelmente em função de suas promessas de operar a retração do unilateralismo arrogante do presidente anterior e de recolocar a ação securitária dos EUA nos quadros do multilateralismo onusiano.

A década terminou com uma repetição da crise de 1929, desta vez a partir de uma bolha imobiliária convertida em implosão financeira, permitida pela suspensão, nos anos 1990, das restrições financeiras criadas nos anos 1930 para evitar o excesso de alavancagem. O fato é que a crise econômica iniciada na sequência da quebra do Lehman Brothers, em setembro de 2008, inverteu os anos de crescimento inédito do PIB mundial – em níveis nunca antes alcançados – e a valorização extraordinária dos preços de todas as commodities (o que beneficiou amplamente a economia brasileira), mas fez avançar também as bases institucionais da coordenação econômica mundial, com uma quase eclipse do G7 e a emergência do G20, um grupo de países desenvolvidos e em desenvolvimento representando quase 85% do PIB mundial.

As hostes keynesianas e regulacionistas usaram a crise como uma evidência contundente do mau funcionamento dos mercados financeiros deixados livres e soltos, mas o fato é que foram as ações dos governos – inclusive a longa e inacreditável permissividade do Federal Reserve, ao manter os juros artificialmente baixos em 2% entre 2002 e 2005 – que permitiram as oportunidades para o setor privado explorar os nichos de crescimento para o financiamento privado, que por sua

vez criaram as bolhas que começaram a se desfazer ainda em 2007. O Brasil também usou e abusou de medidas anticíclicas de estímulo fiscal, num keynesianismo de fachada que entusiasmou seus apoiadores em certos setores do governo, mas este – sobretudo do lado do Banco Central – não foi tão longe a ponto de abolir o sistema de flutuação cambial ou de impor restrições indevidas aos fluxos de capitais, a não ser a imposição inócua de uma taxa de 2% sobre capitais estrangeiros aplicados em instrumentos financeiros (os especuladores nacionais ficaram, no entanto, livres de fazê-lo).

3. Previsões imprevidentes sobre o que vem pela frente: 2010-2019

O que o futuro nos reserva? As respostas podem ser muitas, dependendo de como organizamos nossos recursos para enfrentar os desafios do presente e aqueles que ainda estão por vir. Normalmente temos pouco domínio sobre as tendências fortes do sistema econômico – ou até sobre as forças da natureza, como não cansam de nos lembrar os ecologistas malthusianos e outros adeptos do aquecimento global – mas conservamos certa margem de liberdade naquelas áreas que dependem da ação política (ou militar) das sociedades organizadas. Numa concepção braudeliiana do processo histórico, o homem é capaz de atuar sobre fatores contingentes do itinerário histórico de curto ou médio prazo, mas tem menos potencial de atuação – ou pelo menos com menor impacto em mudanças decisivas – sobre as forças profundas dos sistemas econômicos, sociais, geográficos (ou geoeconômicos) e culturais, que expressam ou encarnam processos estruturais de longo prazo, com uma cronologia de desenvolvimento quase “geológica”.

Ou seja, nossa capacidade de moldar o futuro é limitada. Mas como dizia um guru do pensamento criativo em administração, Peter Drucker, a melhor maneira de prever, ou determinar, o futuro é inventá-lo, o que cabe obviamente a líderes inovadores e, no caso de países, aos estadistas. No caso do sistema econômico mundial, parece evidente que caminhamos em direção a uma nova bolha financeira, a despeito de todas as advertências que já foram feitas a respeito da crise que se abateu sobre os Estados Unidos, e daí sobre o resto do mundo, a partir de 2008. Como afirmado anteriormente, mesmo que certas escolas econômicas tenham colocado a responsabilidade dessa crise nas ‘forças cegas de mercado’ ou na ‘especulação não controlada’ no sistema financeiro, parece claro que as condições para que a bolha se formasse foram dadas, basicamente, pelo comportamento irresponsável dos bancos centrais, em primeiro lugar do Federal Reserve, mantendo juros artificialmente baixos durante muito tempo, o que permitiu a elevação exagerada do crédito e fenômenos de alavancagem que tomavam partida, justamente, na abundância de liquidez.

Pois bem: ao continuar a manter juros artificialmente baixos durante tanto tempo, os bancos centrais, em primeiro lugar o Federal Reserve, estão criando as condições para a próxima bolha. Esta virá, sobretudo, a partir de desequilíbrios acumulados nos mercados emergentes – entre eles o Brasil – que estão atraindo uma quantidade exagerada de capital externo, devido às suas “boas” condições financeiras. O mecanismo é relativamente simples e surpreendentemente calamitoso pela sua regularidade na formação de bolhas: investidores oportunistas aproveitam-se do dinheiro barato disponibilizado pela

política condescendente do Fed e de outros bancos centrais para especular com *commodities*, ações e moedas estrangeiras – no Brasil e em outras ‘economias dinâmicas’ – provocando a alta desses ativos e lucrando com isso; em algum momento, o Fed e outros bancos centrais vão precisar inverter a política atual, e com isso precipitarão a queda dos mercados emergentes.

Aplicada ao Brasil, o que significaria a frase de Peter Drucker sobre a invenção do futuro? Ela significa que podemos – na verdade precisamos – determinar o que queremos ser, como sociedade integrada no plano doméstico e como nação integrada globalmente no plano internacional; ela significa que devemos pensar em todos os elementos que representam lacunas ou deficiências estruturais – até mesmo conjunturais – nesses dois planos e tratar de remediar esses problemas sistêmicos ou ocasionais por uma série de ações conscientes e deliberadamente focadas nos problemas detectados, de modo a constituirmos uma nação “normal” no plano do sistema mundial, ou seja, um país que atende às necessidades elementares de seus cidadãos e que até lhes permite, se isso pode ser considerado uma exigência ‘normal’, uma determinada medida de “felicidade bruta”, que é lícito esperar em qualquer Estado desenvolvido do planeta. Pois bem, vejamos o que somos – e o que continuaremos a ser pela década à frente, se aplicarmos a lei da inércia – e o que poderíamos ser, se algum esforço tem de ser feito para equacionar os problemas hoje detectados (e que ameaçam continuar conosco em direção de 2020).

Queremos ser uma nação de corruptos, na qual a impunidade grassa despudoradamente? Queremos ter um balcão de negócios no lugar do

Congresso e das assembleias locais? Se essa é a intenção, se não pudermos corrigir o lado sujo do Congresso, então não é preciso adotar nenhuma atitude nova, pois o espetáculo atual deve continuar: basta deixar as coisas como estão, que a tendência para a decadência moral e a degradingolada na erosão ética são inevitáveis.

Queremos ser uma nação dividida em linhas raciais dicotômicas, reproduzir um sistema da Apartheid já abandonado em outros países, que no passado estiveram profundamente separados segundo linhas étnicas e políticas impostas por leis e medidas estatais racialmente discriminatórias? Se for essa a intenção, basta continuar na mesma direção do governo atual, linha promovida pelos novos racistas 'afrobrasileiros', expandindo as políticas racialistas que vêm sendo impulsionadas pelo próprio Estado, a pretexto de um equivocado combate às desigualdades de origem racial (quando elas são, basicamente, de fundo social e educacional).

Queremos ser um país de baixo crescimento econômico e de reduzidas possibilidades de ascensão social? Então, nesse caso, tampouco é preciso mudar o sentido das políticas públicas, especialmente econômicas, seguidas atualmente, todas elas orientadas para a expansão contínua da carga fiscal. Essas mesmas políticas justificam a voracidade arrecadatória dos novos promotores da derrama em nome de equivocadas políticas distributivas que conseguiram, no máximo, transformar um terço da nação em uma legião de assistidos oficiais, dependentes continuados da caridade pública, sem um esforço correspondente de qualificação técnico-profissional ou elevação educacional. Mas, talvez a intenção seja essa mesma: constituir um

exército de beneficiários do maná estatal, o que conforma, no mesmo movimento, um significativo curral eleitoral, ao pior estilo dos coronéis do passado.

Queremos continuar a ser amigos de ditadores e outros violadores dos direitos elementares dos cidadãos? Desejamos manter um soberanismo retórico e um nacionalismo de fachada, enquanto sacrificamos os interesses nacionais no altar das afinidades políticas e das simpatias partidárias? Basta manter a hipocrisia no plano externo e deixar princípios ideológicos ultrapassados guiar a política exterior. Basta, aliás, manter uma visão irrealista, conspiratória e irracional sobre supostos "aliados estratégicos" e uma concepção classista e divisionista quanto aos interesses nacionais, no contexto da interdependência global que caracteriza o mundo contemporâneo.

Queremos continuar exibindo a mediocridade educacional refletida na classificação hoje exibida pelos estudantes do Brasil no quadro dos exames do PISA e que condena o país a manter baixo desempenho inovador por causa das deficiências graves na produtividade do trabalho humano? Basta deixar pedagogas "freireanas" continuar a determinar metodologias educacionais e currículos escolares, permitir aos sindicalistas "isonomistas" bloquear a remuneração diferenciada por mérito, que vincularia os vencimentos e benefícios auferidos pelos professores ao desempenho de seus alunos. Basta, aliás, deixar as universidades públicas continuar a afundar na irresponsabilidade mistificadora da estabilidade compulsória e de uma enganosa dedicação exclusiva, desligadas de qualquer avaliação objetiva dos resultados da atividade docente.

Queremos legar a nossos filhos e netos uma nação falida pela concepção, organização e gestão irracionais do regime previdenciário, geral e estatal? Queremos continuar preservando privilégios no setor público, onde governadores e outros sátrapas provinciais são beneficiados com gordas e imorais aposentadorias oficiais após um único mandato? Vamos continuar permitindo aposentadorias precoces com apenas poucos anos de contribuição em relação aos muitos esperados de benefício?

Muitas outras perguntas similares podem ser feitas: pretendemos continuar tratando a elite universitária das IFES melhor do que a grande massa de estudantes do primeiro grau?; queremos continuar a distorcer e a concentrar a renda nacional, distribuindo benesses do crédito público a industriais privilegiados pelos bancos oficiais?; desejamos preservar a má empregabilidade ao taxar abusivamente a contratação de mão-de-obra?; queremos construir máfias sindicais com base na alocação compulsória do imposto sindical a entidades de fachada?; pretendemos continuar a reprimir o investimento produtivo pela taxação excessiva dos lucros das empresas, pela manutenção de altas taxas de juros, que nada mais são senão o reflexo da expansão desordenada dos gastos governamentais e do aumento contínuo da dívida pública? Então, não é preciso mudar absolutamente nada nas atuais políticas macroeconômicas e setoriais: basta deixar o ogro estatal continuar a sugar os recursos da população produtiva e sua poupança privada, e a manter um ambiente de negócios propriamente tenebroso para os empreendedores nacionais.

Enfim, esta pequena lista das mazelas nacionais deveria ser suficiente para

indicar o que aparece como singularmente errado no atual cenário brasileiro, mas ainda restaria esclarecer, mesmo que não em detalhes, como operar as mudanças de procedimento e a correção das políticas pertinentes. Ela permite visualizar, porém, o que anda equivocado na organização corrente do Brasil, e o que precisaria ser feito para tentar corrigir – eu disse tentar, sabendo das dificuldades para superar – algumas dessas mazelas execráveis. Não deveria ser impossível, em vista do muito que já foi realizado desde meados da década anterior: o Brasil conseguiu estabilizar a economia, felizmente sem maiores traumas, graças aos esforços da equipe econômica que montou o Plano Real e operou suas correções de meio de caminho, missão continuada, em grande medida, pelos responsáveis econômicos que se seguiram. Cabe reconhecer o tirocínio político do presidente que ocupou a cadeira durante a maior parte da presente década, pois ele teve o bom senso de preservar os fundamentos da política econômica herdada da administração anterior, aliás contra as recomendações esquizofrênicas de vários de seus conselheiros partidários.

O Brasil continua tentando, mas ainda não conseguiu, realizar a inclusão social de seus muitos filhos pobres e miseráveis, e isso a despeito – ou talvez mesmo por causa – da injeção satisfatória de recursos em programas sociais (que também serviu, é bom que se diga, a propósitos eminentemente eleitorais). A razão desse sucesso parcial se deve, provavelmente, a que a metodologia foi basicamente assistencialista, não qualificadora da mão-de-obra ou no plano educacional, que são os dois canais mais relevantes para a elevação dos padrões sociais e de produtividade do trabalho, condição indispensável para a melhor distribuição

de renda. A insistir na continuidade dessas políticas sociais, o que se obtém, na verdade, é um aumento do consumo com base unicamente na transferência de renda – produzida pelos agentes econômicos mais bem posicionados no cenário nacional, não “criada” pelo Estado – e numa diminuição provisória e artificial dos coeficientes de desigualdade, o que pode ser revertido numa mudança de política ou numa séria crise fiscal. Uma “consolidação das leis sociais” de tipo assistencialista

apenas congelaria as possibilidades de crescimento e manteria o alto grau de informalidade que já possui a economia brasileira, o que não deveria ser o objetivo de nenhum governante responsável.

O Brasil precisa, acima de tudo, de estadistas conscientes das difíceis escolhas a serem feitas na próxima década, apenas delineadas neste pequeno ensaio. A julgar pelo nível do debate político em curso, estamos muito longe desse objetivo...



* **PAULO ROBERTO DE ALMEIDA** é Doutor em Ciências Sociais, Mestre em Planejamento Econômico, Diplomata de carreira. Site: <http://www.pralmeida.org/> Blog: <http://diplomatizzando.blogspot.com/>